

A inserção internacional brasileira*

ANTÔNIO CORRÊA LACERDA

O Brasil foi um dos países que mais mudou nos últimos dez anos, conquistando uma maior capacidade de caminhar com suas próprias pernas, por depender menos de recursos externos e adquirindo crescente respeitabilidade no mercado internacional. Mas estamos diante de grandes desafios no que se refere à inserção internacional, entre os quais: o melhor aproveitamento e a definição de regras para os investimentos estrangeiros; a melhoria da qualidade da nossa pauta de exportação, ampliando a participação de itens com maior valor agregado; a proteção contra os efeitos da volatilidade dos mercados; a concorrência gigantesca com a China; o déficit em conta corrente do balanço de pagamento; e a manutenção do crescimento das taxas de emprego. Além disso, o país precisa manter-se inserido no mercado internacional, estimulando a competitividade e disseminando nossas tecnologias.

A globalização da economia foi o principal fator de mudança na economia mundial, nos últimos 30 anos. É importante lembrar os fundamentos do conceito de globalização e seu forte componente financeiro, o extraordinário crescimento do volume de recursos monetários, que vem se multiplicando com enorme velocidade, trazendo aspectos positivos, mas também negativos. Os mercados financeiros passaram a operar de maneira interligada, ajudados pela desregulamentação e pelo avanço tecnológico. As transações on-line favoreceram a criação e ampliação de sofisticados produtos, como os mercados cambiais, as bolsas de valores, o mercado de derivativos e de papéis de empresas.

Tudo isso contribuiu para o aumento do volume de recursos financeiros, tornando mais fácil e rápido o financiamento de projetos. O outro lado da história, no entanto, foi o aumento da volatilidade dos mercados: são trilhões de recursos que se movimentam entre os países, de mercado para mercado, de forma intensa e rápida, suscitando grandes desafios.

Houve um aumento da liquidez, tema sempre bastante debatido pelos economistas e controlado com rigor pelos bancos centrais – que, de acordo com a orientação de cada governo, enxugam ou não o dinheiro excedente pela elevação da taxa de juros e outros mecanismos monetários. Mas o fato é que até a liquidez tem seu impacto produtivo. Quanto mais recursos disponíveis, maior a evolução da produção, pela utilização de novas tecnologias e de investimentos externos.

* Palestra realizada em 3 de setembro de 2010.

As empresas alçadas ao exterior puderam financiar seus projetos de investimentos, via capitalização em bolsa ou financiamento. Com isso, o comércio internacional também cresceu, e os países se abriram mais para as importações. Ao mesmo tempo que houve essa abertura, detectou-se também um acirramento do protecionismo, às vezes até disfarçado. Mas, de qualquer maneira, trata-se de uma mudança significativa.

O advento da internet diminui drasticamente o custo das transações, das operações e da informação, facilitando essa conexão mundial e melhorando a qualidade da própria informação, estimulando a competitividade, tirando a vantagem daqueles participantes tradicionais do mercado e favorecendo a participação de novas empresas no processo. Há 30 anos havia certa correlação entre o volume financeiro e o de produção. Mas, com o processo de globalização, o sistema financeiro encontrou um caminho próprio, estando sempre na vanguarda.

Em 2008, o mercado de derivativos chegou a representar mais ou menos dez vezes o PIB global. E, quando há descolamento, o resultado é a instabilidade, a volatilidade.

O mundo pré-crise de 2008 viveu um momento de expansão forte, com o PIB médio mundial crescendo 5%, e o comércio internacional, em termos reais, sem considerar os preços, 7%. Os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) – investimentos realizados por empresas fora de seus países de origem –, cresceram 27% ao ano, provocando o aumento dos preços das commodities, produtos básicos negociados no mercado internacional, como minério, grãos e matérias-primas.

À medida que a China e a Índia entram no mercado mundial, os preços foram jogados para cima. Para países como o Brasil, esse aumento de demanda foi benéfico, por sermos exportadores de produtos primários. Experimentamos, no período pré-crise, um *boom* do mercado internacional que nos favoreceu.

A crise teve grande impacto especialmente nos países desenvolvidos. A taxa de crescimento global, que vinha com ritmo de 3% ao ano, registrou queda, e em 2009 despencou para 0,6%. Os países em desenvolvimento também sentiram tal impacto, incluindo aí o Brasil, a Rússia e a Índia, com crescimento reduzido de 6% para 2,5%.

Qual foi o impacto disso no mundo real? No mundo dos investimentos, nota-se que o IDE cresceu ao longo das últimas décadas. A média anual de investimentos globais, na década de 1970, era de apenas US\$13 milhões ao ano, e bateu a casa dos US\$200 bilhões no início dos anos 1990, chegando a US\$400 no fim dos anos 1990, e a US\$1,4 trilhão, em 2000. Logo após, houve um ajuste, com a crise na Bolsa de Nova York. Mas, de qualquer forma, na segunda crise, a de 2008, houve nova queda. Porém, o fluxo mundial de investimentos realizados pelas empresas fora dos seus países de origem chegou a US\$2 trilhões.

As empresas ampliaram seus investimentos no exterior em busca de novos mercados, de preferência em países com taxas de crescimento superiores às do mundo desenvolvido. Alemanha, Japão e Estados Unidos, países já maduros, com mercados consolidados e taxas de crescimento relativamente baixas, perderam sua atratividade. Essa mudança de mercado modificou a configuração mundial não apenas financeiramente, mas também na estrutura produtiva, estimulando a competitividade. Com essa mudança no eixo dinâmico da economia mundial, os Estados Unidos e a Europa, que recebiam 42% do volume de investimentos

privados, passaram a receber 35%, enquanto os países emergentes tiveram a fatia aumentada de 36% para 43%, assumindo papel relevante na economia internacional.

Esse cenário traz para o Brasil grandes ameaças, especialmente a volatilidade cambial. Os recursos aplicados aqui forçam o aumento da concorrência e a utilização de novas tecnologias, mas surgem as novas oportunidades: o aumento do fluxo de recursos de capitais para financiamento vindo de fora (liquidez); o ingresso de novas empresas no mercado brasileiro; e a oportunidade de o país ampliar a inserção internacional, via aumento das exportações e internacionalizações das nossas empresas.

O Brasil, desde 2004, vem tendo um desempenho significativo, somente interrompido durante a crise internacional de 2009, quando o PIB brasileiro caiu 0,6%. Ainda assim, o país manteve-se no sexto lugar, em termos de desempenho, entre os países que compõem o G-20, em posição superior à do México e da Rússia, por exemplo. O importante é que o Brasil depressa retomou seu processo de crescimento, saindo da crise mundial maior do que entrou. Em 2010, o crescimento do PIB deve ficar entre 6,5% e 7%. O crescimento não é tudo, mas é um dos pré-requisitos para o desenvolvimento e exige também indicadores sociais e ambientais positivos – e nisso também estamos bem, felizmente.

Muitos aspectos tornam o Brasil atrativo para os investidores estrangeiros que aplicam no setor produtivo. Dentre os países em desenvolvimento, o Brasil e a China são os que recebem mais IDE. Antes da crise, chegamos a receber mais de US\$40 bilhões, o que proporciona à economia brasileira um instrumento importante, caso seja bem utilizado, de qualificação de nossa capacidade produtiva, tecnológica e também de inserção internacional. Os prognósticos de investimentos são muito fortes entre os países que compõem a Bric, bloco formado pelos emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China, e que têm as economias com maior capacidade de crescimento. O estoque de IDE no Brasil é equivalente a 18% do PIB.

Desde o governo de Getúlio Vargas, quando foram criadas as estatais Companhia Siderúrgica Nacional, a Eletrobras e a Petrobras, o Brasil conseguiu atrair empresas estrangeiras e transnacionais de grande relevância, que ajudaram a formar e a consolidar o processo de industrialização, com a participação também dos empreendedores nacionais, e as grandes empresas brasileiras inserindo-se no mercado internacional. O capital estrangeiro por si não resolve os problemas do país. O governo deve traçar uma estratégia muito definida de desenvolvimento com a articulação entre Estado e sociedade.

Além de ser um forte interceptor de investimento, o Brasil também se tornou um grande investidor no estrangeiro. Nos últimos anos, as empresas brasileiras já têm US\$162 bilhões investidos no mercado internacional. Isso mostra a capacidade de relacionamento dessas companhias com o mundo desenvolvido. Representa uma expansão da nossa cooperação internacional e a disseminação das nossas tecnologias. Hoje, há empresas nacionais privadas e estatais em franco processo de internacionalização. A própria Caixa Econômica tem um programa relevante nesse sentido, e está ampliando sua inserção internacional, engrandecendo não só a empresa, mas o país como um todo.

Nossas importações têm crescido ao longo dos anos, mas temos aí um desafio qualitativo. O Brasil ainda exporta, em grande escala, os chamados produtos básicos ou commodities. Os produtos manufaturados, com maior valor agregado, tiveram sua participação diminuída

na pauta de exportações, nos últimos anos, passando de 61% para 48%, enquanto a participação dos produtos primários pulou de 23% para 38%.

O país será um dos poucos, no futuro, a se dar ao luxo de ser grande exportador de grãos, minério e petróleo, sem abrir mão da sua industrialização. Mas temos de ampliar as exportações de produtos altamente sofisticados, que não faltam no Brasil e que são produzidos por empresas já com respeitabilidade no mercado internacional. Exportamos motores, aeronaves, veículos, e precisamos criar condições de produzir internamente produtos hoje importados como é o caso do complexo eletroeletrônico, químico, farmacêutico e de bens de capital. Esse avanço depende de uma articulação entre o governo e as empresas.

O aumento das exportações traz os dólares que engrossam nossas reservas, estimadas em US\$260 bilhões. Nós vivemos em um mundo onde o câmbio, para os países, é o principal preço relativo. A China está com o dólar supervalorizado, e, segundo estudos, a moeda chinesa, por exemplo, é 40% em média desvalorizada relativamente ao dólar; o real brasileiro é valorizado em 15%. Estamos observando um desequilíbrio das moedas, mas já há uma pressão mundial pela valorização do iuane, a moeda chinesa, como forma de diminuir o poder de competitividade da China – que, graças a tal expediente, tem ampliado suas exportações para todo mundo, inclusive para o Brasil. No caso brasileiro, pelas crescentes saídas de capitais estrangeiros ou pelas altas taxas de juros, há uma supervalorização da nossa moeda. O tema precisa ser enfrentado para diminuir nossa vulnerabilidade.

O fato de o Brasil ser um grande receptor de investimentos estrangeiros implica remessas de lucros e dividendos das empresas aqui instaladas. Essa saída de recursos tem crescido de forma sistemática e merece toda atenção. O déficit em conta corrente brasileiro demanda um esforço de aprimoramento da nossa inserção externa, qualificando melhor nossa base produtiva e gerando receitas em dólares. Este não é um problema de curto prazo, até porque o Brasil tem recebido um ingresso muito grande de capital, e não estamos na eminência de uma crise externa, mas em situação favorável.

Outro grande desafio do Brasil é gerar empregos, porque daqui a 20 anos teremos uma população de 250 milhões de habitantes. A população atual brasileira demanda a geração de dois milhões de empregos, em média, a cada ano. Felizmente, nos últimos oito anos, fomos bem-sucedidos nessa tarefa, gerando algo próximo a 15 milhões de empregos. Nosso desafio é solidificar essa vantagem e garantir que o crescimento brasileiro não seja interrompido pela nossa dependência de recursos externos. A sustentabilidade da balança de pagamentos e a diminuição do déficit em conta corrente são elementos importantes para que o país tenha maior estabilidade monetária.

O Brasil precisa também realizar investimentos diretos no exterior por meio das suas empresas. Temos algumas motivações importantes para as empresas ampliarem e diversificarem seus mercados. A primeira delas é que, estando fora do país, a empresa ficará mais próxima do mercado consumidor, acabando com os entraves e os protecionismos estabelecidos por vários países. Se a companhia tem empréstimo externo ou importa muito, também se beneficiará com a ampliação de sua inserção, gerando receitas em dólares e facilitando assim o equilíbrio das contas. A terceira vantagem da empresa é a chance de ter acesso aos mercados de capitais, lançando ações quando se tornar mais conhecida e

seguindo as regras locais de governança. O quarto ponto ou vantagem é que a empresa instalada fora do país se torna mais competitiva.

Os produtores de aço no Brasil, que queriam vender para os Estados Unidos, foram os primeiros a se instalar naquele país; quando passaram a produzir lá, a proteção tarifária se tornou um elemento favorável, porque dificultava sobretudo a concorrência das empresas de fora. Mas os empresários devem tentar evitar se tornar alvo fácil de aquisição. No momento em que se expande para fora das suas fronteiras, a companhia adquire maior sustentabilidade, valorizando o negócio.

Não existe país forte sem empresas fortes, como é o exemplo dos Estados Unidos, sempre preocupados em fortalecer suas empresas. Nesse caso, há uma articulação forte entre o Estado e o capital privado, visando à expansão.

A "marca Brasil" está se tornando mais conhecida, e agora temos de mostrar outras qualidades, além de café, futebol e samba. Devemos ter um sistema financeiro sofisticado, capaz de se internacionalizar, e não só pelo papel que desempenha. O BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil certamente têm muito a oferecer aos países em desenvolvimento, sobretudo porque estes não dispõem de bancos públicos com o naipe de nossas instituições bancárias. Poucos puderam contar com seus bancos públicos para suprir o papel dos bancos privados, retraídos com a crise. O Brasil pôde contar com as suas instituições públicas para sair rapidamente da adversidade. O país pode exportar esse know-how, como já vem ocorrendo.

A internacionalização deve ser estimulada, mas nem tudo são flores. A empresa que se instala lá fora tem de contratar trabalhadores locais, e aí surgem as críticas. Essa é uma visão parcial do processo. Em um primeiro momento, de fato, ela vai empregar estrangeiros, mas irá também expandir as exportações brasileiras. O pior dos mundos seria haver um deslocamento da base produtiva brasileira para outros países. Para que isso seja evitado, deveria haver uma regulamentação. O governo deveria, principalmente, formular políticas públicas de modo que nossas empresas possam desenvolver seu papel com mais qualidade e maior competitividade.

Por outro lado, qual deve ser nossa estratégia com relação às empresas internacionais? Devemos ter, como sempre tivemos, uma postura pragmática nesse sentido: o capital estrangeiro deve ser bem-vindo, desde que ele atenda aos nossos interesses. A economia brasileira sempre foi aberta à participação estrangeira. Temos companhias instaladas aqui há 150 anos.

Portanto, o investimento que mais nos interessa hoje é aquele que gera projetos *greenfield*, projetos "campos verdes", que tragam um know-how que eventualmente não tenhamos. Nesse caso, há carências evidentes: por exemplo, na infraestrutura, na indústria de componentes eletrônicos, na indústria química e na indústria de máquinas e equipamentos. Em vez de importar, trazer um produtor internacional que vá gerar valor agregado aqui é altamente favorável para a economia brasileira, o que representa uma contribuição para a formação bruta de capital fixo, que é o total de investimentos no Brasil. Tais empresas trarão ainda maior valor agregado à nossa pauta de exportação.

O Brasil claramente disputa posição com os outros países emergentes que integram a Bric, mas também com México, África do Sul, Indonésia e Austrália, países que estão

ampliando seus mercados internos, também significativos. Nosso grande trunfo é o mercado interno. De fato, temos aqui uma das maiores economias do mundo, uma massa de consumidores, ampliada pelas políticas adotadas pelo governo que geraram uma ascensão da classe média.

O mundo hoje está dividido em grandes cadeias globais, e precisamos, evidentemente, influenciar essas corporações para que elas vejam o Brasil não apenas como mercado consumidor, mas como um país que seja seu centro de inteligência, de pesquisa, de desenvolvimento e inovação. Para isso, precisamos dizer mais ao investidor o que queremos dele.

Cabe dizer o que queremos também às empresas já instaladas no Brasil. Hoje temos 400 das 500 maiores empresas globais. O desafio é aproveitar mais a inserção dessas companhias no mercado internacional, como uma forma de alavancar nossa capacidade de exportação, de geração de inovação tecnológica, de geração de empregos e de qualidade. Para atingir essa meta, o ideal seria centralizar as operações de investimentos em um só órgão governamental, um único interlocutor, sem a criação de novos órgãos. O mais importante é que haja uma coordenação com uma só linguagem.

O mundo, à medida que gera mais oportunidades, aumenta a competitividade. As empresas coreanas e chinesas, por exemplo, têm o apoio expressivo de seus Estados nacionais, com financiamentos a custos mais baixos. Poucos países em desenvolvimento podem contar com a estrutura de bancos públicos que nós possuímos, e isso é uma vantagem competitiva. Precisamos desse trunfo como um instrumento de desenvolvimento. E também, claro, estimular o mercado privado a fazê-lo, porque as demandas por investimentos no Brasil são enormes.

Estamos em uma fase promissora de crescimento de investimentos no Brasil, externos e locais, mas demandando financiamento. O Brasil é um daqueles países com maior capacidade de alavancagem, mas precisamos qualificar melhor essa inserção usando instrumentos para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro a longo prazo. O primeiro desafio foi vencido, somos menos vulneráveis. Agora é ampliar nossa capacidade de inserção.

Devemos dar um salto qualitativo para evitar a reversão do que construímos nos últimos anos e avançar em busca de novas oportunidades. Hoje, somos a oitava economia do mundo, mas podemos ser a quinta. Essa avaliação vem de consultorias internacionais com certo grau de realismo.